



Podval: Decisão da OAB de suspender registro de Ribeiro foi vexatória

Há alguns dias foi noticiada a prisão de um advogado que teria se envolvido conjuntamente com o senador Delcídio do Amaral, dentre outros, ao participarem de malfadada reunião cujo teor já é conhecido por todos.

Nosso colega encontrava-se fora do país e, mesmo antes de seu retorno, já se publicava nos meios de comunicação notícia de que a OAB tinha resolvido suspender a inscrição do profissional. Posteriormente, fiquei sabendo de que ele, durante o processo administrativo, pretendeu fazer sua própria defesa — o que lhe foi negado.

Adoro comprar remédios baratos. Gosto de poder contar com plano de saúde em condições especiais. E fico de fato feliz de poder comprar livros com desconto. Mas isso não basta; espero mais do que isso da minha entidade de classe. Espero que assegure principalmente aos advogados o legítimo direito de defesa, porque, assim o fazendo, estará defendendo não só o advogado como também toda a sociedade. E isso principalmente em momentos conturbados como o que vivemos.

O mais assustador é que poucas vozes se levantaram para defender o nosso colega. Parabenizo aqui publicamente o amigo Tórtima, advogado vivido, inteligente e principalmente dotado da coragem que se espera de um profissional do Direito. Sua voz foi uma das únicas que tentaram, em vão, bradar contra a injustiça da situação.

Falo sem qualquer interesse pessoal. Não sou amigo do advogado, mas não tenho o direito de me calar diante de tão vexatória decisão, tomada de forma abrupta por nossos dirigentes de classe. Está mais do que na hora de fazermos um *mea culpa*, de mudarmos o curso de nossa história e voltarmos às atitudes que sempre engrandeceram nossa entidade. Devemos, antes de tudo, defender os princípios constitucionais, a ampla defesa, o contraditório, a presunção de inocência, até porque temos a obrigação de dar o exemplo, sem medo de sermos criticados ou mesmo hostilizados, porque, afinal somos advogados.

Vamos dar o amplo direito de defesa ao nosso colega; vamos ouvi-lo — por sua própria voz, já que assim o deseja —, antes que seja aplicada qualquer punição. Vamos restituir sua carteira antes de julgá-lo. Com isso, mais que um favor, estaremos dando um exemplo para toda sociedade sobre o que se espera de um Estado Democrático de Direito.

Como seria possível exigir coragem do Poder Judiciário, se agimos de forma covarde? Como esperar que esse mesmo Poder não tema a publicidade negativa de uma decisão, se nós mesmos demonstrarmos esse temor? Hoje é com um colega, mas amanhã, quem sabe?

Date Created

21/12/2015